

COMUNICAÇÃO DIGITAL

Media, práticas e consumos

Coordenadores
Paula Lopes
Bruno Reis



Comunicação Digital

Media, Práticas e Consumos

Coordenadores

Paula Lopes

Bruno Reis



Ficha Técnica

Título:

Comunicação Digital: *Media*, Práticas e Consumos

Coordenação:

Paula Lopes e Bruno Reis

Autores ©

Ana Paula Pinto Lourenço | Bruno Reis | Carlos Pedro Dias | Célia Quintas | Graziela Cirino | Hélder Prior | Inês Amaral | Isabel Silva | João Sousa | José Guilherme Victorino | Luísa Ribeiro | Madalena Romão Mira | Paula Lopes | Reginaldo Rodrigues de Almeida | Ricardo Morais | Tito Laneiro | Vitor Tomé

Edição:

© NIP-C@M - Núcleo de Investigação em Práticas & Competências Mediáticas
© Departamento de Ciências da Comunicação | Universidade Autónoma de Lisboa

Capa:

Bruno Filipe

Revisão:

Madalena Romão Mira

Edição Técnica:

Madalena Romão Mira
Miguel Mendes Pereira
Raquel Medina Cabeças

Paginação:

Miguel Mendes Pereira
Raquel Medina Cabeças

ISBN 978-989-8191-88-5

e-ISBN 978-989-8191-87-8

DOI <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-87-8>

Handle <http://hdl.handle.net/11144/3969>

Registo CIP

Lopes, P. & Reis, B. (2019). *Comunicação Digital: Media, práticas e consumos*. Lisboa: NIP-C@M. Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/3969>. DOI <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-87-8>.

1. Comunicação digital. 2. *Media*. 3. *Fake news*. 4. Cidadania digital. 5. Inteligência artificial.

I. Lopes, P. II. Reis, B. III. Lourenço, A. P. IV. Dias, C. P. V. Quintas, C. VI. Cirino, G. VII. Prior, H. VIII. Amaral, I. IX. Silva, I. X. Sousa, J. XI. Ribeiro, L. XII. Morais, R. XIII. Laneiro, T. XIV. Tomé, V.

CDU 659.3
004.8

Esta publicação obedece aos critérios de *open access*, estando cada capítulo assinalado com a licença *Creative Commons*, sem prejuízo do *copyright* pertencer aos autores e a publicação ao NIP-C@M da Universidade Autónoma de Lisboa. Todas as ligações eletrónicas foram revistas à data de 31 de dezembro de 2018 e estão devidamente apresentadas nas referências de cada capítulo.

A Cooperativa de Ensino Universitário, entidade instituidora da Universidade Autónoma de Lisboa, promove a produção científica em vários segmentos culturais, valorizando a relação entre a comunidade académica e a sociedade. Desta forma, apoia a edição desta publicação, contribuindo para a divulgação do conhecimento.

Índice

Prefácio.....	7
José Guilherme Vitorino	
Introdução ou <i>A Persistência da Memória</i>	9
Reginaldo Rodrigues de Almeida	
Dados pessoais das crianças e jovens no mundo digital: aspetos legais	19
Ana Paula Lourenço	
Os direitos de informação televisiva e a manipulação do tempo e do espaço.....	39
Carlos Pedro Dias	
Práticas em contexto da cultura digital: o caso Mídia NINJA.....	53
Célia Quintas e Isabel Fernandes Silva	
Mentira e política na era da pós-verdade: <i>fake news</i> , desinformação e factos alternativos.....	75
Hélder Prior	
A imagem na era da cultura digital e das narrativas alternativas.....	99
Inês Amaral	
Facebook e mobilização cívica em tempos de Troika	115
João Carlos Sousa, Bruno Carriço Reis e Ricardo Morais	
Mentiras, pegadas e algoritmos: da necessidade de uma educação para os <i>media</i>	137
Paula Lopes	
eSports: Trabalho ou diversão? Uma perspetiva luso-brasileira.....	157
Tito Laneiro, Luísa Ribeiro e Graziela Cirino	
O papel dos jornalistas na criação de projetos de escola em Cidadania Digital.....	183
Vítor Tomé	
UAL e <i>Open Science</i>	217
Madalena Romão Mira	
Notas biográficas	229

Facebook e mobilização cívica em tempos de Troika

Facebook and civic mobilization in times of Troika

João Carlos Sousa – CIES ISCTE-IUL

NIP-C@M - UAL

joao.carlos.sousa@iscte-iul.pt

Bruno Carriço Reis – Departamento de Ciências da

Comunicação - UAL

NIP-C@M - UAL

OBSERVARE - UAL

NEAMP-SP

breis@autonoma.pt

Ricardo Morais – Departamento de Comunicação e Artes

Universidade da Beira Interior

LabCom-UBI

ricardo.morais@labcom.ubi.pt

<https://doi.org/10.26619/978-989-8191-87-8.6>

Recebido / Received 20.10.2018	Aceite / Accepted 24.11.2018	Publicado / Published 23.04.2019
-----------------------------------	---------------------------------	-------------------------------------

Como citar este capítulo / How to quote this chapter:

Sousa, J., Carriço Reis, B. & Morais, R. (2019). Facebook e mobilização cívica em tempos de Troika. In Lopes, P. & Reis, B., *Comunicação Digital: media, práticas e consumos*. Lisboa: NIP-C@M & UAL., (pp. 115-136). Disponível em <http://hdl.handle.net/11144/3978>. <https://doi.org/10.26619/978-989-8191-87-8.6>



Resumo

Analisa-se o Facebook enquanto instrumento expressivo de participação cívica e política. Parte-se de um conjunto de grupos da sociedade civil portuguesa que se organizaram para dar resposta aos cenários recessivos que derivaram da crise económica do *subprime* de 2007 e da respetiva intervenção da *Troika* em Portugal que se lhe sucedeu em 2011. Para alcançarmos estes objetivos propomos uma metodologia mista, com uma análise de conteúdo das páginas de Facebook e a realização de entrevistas a ativistas de oito grupos. No final da pesquisa observamos que há uma reconfiguração da ação política convencional com a emergência de outros processos participativos.

Palavras-chave: mobilização cívica; participação política; redes sociais; Facebook.

Abstract

In this study we have analysed Facebook as an expressive instrument of civic and political participation. We examined groups of Portuguese civil society that were organized to respond to the recessive scenarios that resulted from the 2007 subprime economic crisis and the intervention of the Troika in Portugal from 2011 onwards. In order to attain these objectives, we resorted to a mixed methodology, which included content analysis of Facebook pages and interviews with activists from eight organizations. At the end of the research, we concluded that there is a reconfiguration of conventional political action with the emergence of other participatory processes.

Keywords: civic mobilization; political participation; social networks; Facebook.

Ponto de partida, mobilização cívica em contexto

Para este estudo realizamos uma análise dos processos de mobilização política de um conjunto de coletivos¹ em tempos de crispação social. Propomos em concreto as estratégias de mobilização e participação no debate público por via do recurso ao Facebook. A ação destes coletivos conheceu um processo de intensificação participativa a partir do ano de 2009, quando se começam a sentir em Portugal as consequências da crise financeira do *subprime*².

Esta crise, tendo uma natureza eminentemente financeira, rapidamente se expandiu pelas restante esferas das sociedades à escala global, conformando um período recessivo com um galopante aumento das taxas de desemprego e um agudizar da precarização laboral, em particular junto dos mais jovens (Reis e Sousa, 2017).

As economias do Sul da Europa (Grécia, Espanha e Portugal) começam a manifestar sinais evidentes de colapso financeiro. Em resposta à crise, os mercados financeiros apressaram-se a questionar a capacidade de resposta das economias mediterrâneas para assegurarem a dívida pública contraída³. O resultado foi uma crescente pressão sobre o Governo português

¹ Que se Lixe a Troika, Indignados Lisboa, RiseUp Portugal, 15 Outubro, Democracia e Dívida, O Povo é Quem Mais Ordena, Artigo 21º e Flan Coletivo.

² Termo a que se refere à crise iniciada a 24 de julho de 2007 com a queda abrupta do índice bolsista *Dow Jones* e que teve como principal razão a concessão de empréstimos hipotecários de alto risco.

³ A União Europeia sendo uma organização intraestatal é também uma união política, económica e monetária. O Euro, enquanto símbolo da união monetária, joga um papel relevante de controlo da inflação através do Banco Central Europeu (BCE).

no sentido de forçar a aplicação de medidas de corte na despesa pública⁴. Na vigência do Governo liderado pelo primeiro-ministro José Sócrates é feito o pedido de ajuda à *Troika*⁵. Neste acordo, Portugal via-se na contingência de aplicar um extenso plano de saneamento das finanças públicas e uma profunda reestruturação da própria organização do Estado.

Um novo ciclo político se abriu, assentando na inevitabilidade da implantação de uma política económica baseada na aplicação de medidas de austeridade e de cortes na despesa pública (Reis, 2014). O caso mais paradigmático, que suscitou mobilização pública por parte dos portugueses foi a questão da TSU (Taxa Social Única), no âmbito da qual a ação governativa tinha como proposta a redução da contribuição por parte do empregador e a proporcional subida na responsabilidade do trabalhador (Leite, Hermes, Silva e Ramos, 2014).

Esta proposta desencadeou uma resposta do tecido social que, a 15 de setembro de 2012, organizou aquela que ficou celebrizada como a maior manifestação desde o 1º maio de 1974. Os meses seguintes foram ainda de alguma mobilização cívica

⁴ É neste contexto que se formula o (PEC 4 - Programa de Estabilidade e Crescimento), concebido pelo Governo português e com o beneplácito da União Europeia, ficando a faltar a aprovação em sede da Assembleia da República. Contudo, o processo assumiu contornos inesperados, quando o presidente do PSD (Partido Social-Democrata), Pedro Passos Coelho, assume o chumbo do pacote de medidas, alegando que estas não correspondem às verdadeiras necessidades da sociedade portuguesa. Ato continuado, José Sócrates apresenta a demissão levando à marcação de eleições legislativas e ao início de um novo ciclo político com o XIX Governo Constitucional a iniciar funções através da coligação entre PSD e CDS-PP (Centro Democrático Social-Partido Popular).

⁵ Designação dada à articulação entre Banco Central Europeu, Comissão Europeia (CE) e Fundo Monetário Internacional (FMI) aquando do resgate a Portugal e à sua dívida soberana.

e política gravitando em torno da contestação ao Governo liderado por Pedro Passos Coelho.

Parte dessa disputa política teve como espaço privilegiado a arena digital. O Facebook assume no contexto português uma particular relevância no acesso à informação por parte dos cidadãos (Cardoso e Mendonça, 2017), e constitui-se cada vez mais como um instrumento de debate público (Marichal, 2012). Foi neste quadro social e político que adquiriram protagonismo e visibilidade grupos de cidadãos que, com maior ou menor formalidade, se organizaram e assumiram como atores coletivos, protagonistas em circunstâncias políticas, económicas e sociais assumidamente idiossincráticas.

Deste facto decorre a necessidade de equacionarmos o papel das redes sociais no processo de mobilização e debate público, neste período tão particular da democracia portuguesa. Postulamos se o Facebook: permitiu uma efetiva mobilização política e cívica neste período? É esta a principal questão que guiará o nosso trabalho. Procuramos para o efeito atender à compreensão de como o Facebook possibilitou um dado processo de interação, em concreto:

1. Procuramos apreender as circunstâncias e o modo como surgiram os grupos em estudo;
2. Queremos identificar os princípios de ação norteadores da atividade política e coletiva destes grupos;
3. Tentaremos perceber como se realizou o processo comunicativo e deliberativo no seio dos grupos e entre os seus seguidores, tendo em conta as ações levadas a cabo na arena pública.

Tecnologias e reconfiguração do espaço público

Assistimos a profundas transformações no espaço público (Silva e Garcia, 2011), configurado desde um padrão de fortes sociabilidades digitais que interpelam os processos deliberativos (Fraser, 1990).

Nesta linha de raciocínio repensam-se os conceitos de democracia e pluralismo, que encerram uma relevância central no entendimento das novas configurações de opinião pública (Silva, 2012). Por um lado, o pluralismo diz respeito à existência e coexistência de atores políticos e cívicos, suficientemente mobilizados e motivados para o debate, que representem diferentes propostas e ideários. Por outro lado, o nível de democracia é sobretudo um indicador que, potencialmente, pode mensurar a maior ou menor dificuldade de acesso ao espaço público. Aqui cabe interrogar-nos acerca do papel transformador das tecnologias e muito em particular das redes sociais digitais. Deste modo, importa discutir a transformação do modo como se processa a comunicação no espaço público digital.

Peter Dahlgren (2005) considera o papel dual das redes sociais: por um lado, vê as plataformas como potenciadoras da política em novas arenas comunicativas; por outro lado, postula a ideia de que as tecnologias deverão ser tidas como instrumentos que colmatam as insuficiências dos sistemas demoliberais vigentes. É nesta segunda vertente que se vislumbra um relevante papel para as plataformas digitais, particularmente no contexto da política operada pelos movimentos sociais.

Mas a utilização dos mecanismos digitais como instrumentos de ação política é meramente residual, se atendermos às práticas globais dos atores sociais, em concreto dos jovens (Amaral, Reis, Lopes e Quintas, 2017). A este respeito retome-se de novo Peter Dahlgren (2005) quando sublinha que uma boa parte do designado ciberespaço é primordialmente afeto ao entretenimento, ao consumo e ao ócio. Somente de forma pontual se constitui como espaço de ativismo (Papacharissi, 2002) e debate político (Morais e Sousa, 2012), dinamizado pelos atores sociais com prévia implicação cívica/política (Norris, 2000).

Mobilização do tecido social em contexto digital

A mobilização cívica/política gravita em torno dos processos comunicacionais e informacionais (Castells, 2007). [Craig Calhoun](#) (2005) sublinha o facto de a esfera pública ser um privilegiado espaço de interação e comunicação entre cidadãos, independentemente dos espaços e interesses individuais. Os processos deliberativos são deste modo emanados de uma confluência de fluxos comunicacionais, contribuindo para a maior integração societária.

Helen Margetts (2013) assume que a relação entre democracia e internet não é uma relação de simples linearidade, existindo um conjunto muito alargado e heterogéneo de elementos que colocam em permanente tensão a relação entre ambos os elementos constitutivos das instituições políticas contemporâneas.

A internet pode, deste modo, proporcionar uma dupla função vital no reforço da democracia. A este propósito William Dutton (2013) menciona que existe potencial para um maior controlo popular e também igualdade política. Relativamente ao controlo popular, de facto, a internet parece facilitar a entrada de cidadãos para a política e promover a participação ativa através de instituições políticas. Mas também aparenta influenciar a ação política, promover maior democraticidade da atividade política, divulgação de informação, maior número de escolhas para os eleitores, maior transparência e maior oportunidade de participar na formulação de políticas. Em última instância, podemos estar perante novas oportunidades para grupos de interesse e novos padrões de associação.

Por sua vez Dutton (2013) parece postular algumas reservas relativamente ao potencial comunicacional da internet. A este propósito Graham Meikle (2010) leva a cabo um profícuo debate em torno daquilo que considera de ativismo *online*, fazendo uso do conceito de *intercriatividade*, que entende como sendo o processo de fazer coisas ou resolver problemas em colaboração com outros atores. A interatividade comunicacional assume assim um central protagonismo na promoção dos processos deliberativos no seio dos grupos de cidadãos.

Meikle (2010) afirma que a originalidade da mobilização cívica e política em rede passa essencialmente por novas estratégias narrativas. A construção de *textos intercreativos* que resultam do retrabalhar aspetos já abordados, atualizando-os com factos e informações recentes, atribuindo-lhes deste modo,

um sentido próprio e original. Neste âmbito também a edição de imagens e a criação de novos contextos interpretativos são aspetos que emergem com o ativismo contemporâneo.

Um segundo aspeto prende-se com *táticas interpretativas*, consistindo em discursos e práticas de desobediência civil eletrónica, bem como em atos de protesto reconfigurados, como por exemplo petições *online*. As *estratégias intercreativas* baseiam-se no uso dos *media* tradicionais de forma alternativa, assentando na criatividade dos participantes. Finalmente, as redes criativas dão corpo à utilização de fóruns e *softwares open sources*, mas também a modelos de publicação *online*, consubstanciando um novo e renovado modelo de rede de *media*. No fundo, o que o autor enfatiza é a permanente e intensa comunicação e interação entre os diferentes atores, sejam individuais ou coletivos, constituindo-se como um enlace analítico pleno de tangibilidade no seio da sociedade em rede.

A autonomia para ação é, deste modo, um aspeto incontornável numa sociedade estruturada por uma comunicação digital intensa e permanente (Cardoso, 2014). De acordo com Manuel Castells (2013) a autonomia é a condição de um ator, individual ou coletivo, definir uma ação concreta, atribuindo-lhe um significado que é ele próprio configurado a partir dos seus interesses. Este processo é condicionado pelo estabelecimento de comunicações e interações em rede que, deste modo, vê nos outros, com interesses e ideias similares, atores que cooperam e deliberam acerca de causas e problemas que concebem como relevantes. A internet assume-se a este nível como uma

privilegiada plataforma de comunicação, mas também uma potencial promotora de procedimentos deliberativos. Os movimentos sociais em tempos de internet são, deste ponto de vista, relevantes esferas de discussão e de deliberação coletiva.

Com efeito, os movimentos sociais estão de diversas formas enlaçados com a sociedade em rede e com ela também aos permanentes fluxos comunicacionais e informacionais que lhe dão suporte prático. Ao identificarem-se os elementos constitutivos dos movimentos sociais contemporâneos e as suas ligações à internet, não estamos de todo a fazer apologia de que existe uma rutura. Pelo contrário, o que se pretende enfatizar são elementos relacionados com a sua natureza e génese com os procedimentos comunicacionais em contexto digital. No fundo, realçamos a adaptabilidade de certos artefactos em virtude dos usos e práticas quotidianas feitas no seio dos movimentos ou grupos que tenham uma vincada vocação política e cívica.

A este propósito, Manuel Castells (2013)⁶ propõe uma operacionalização das práticas dos movimentos sociais que nos ajudam a configurar a nossa proposta de modelo de análise que se segue. Pensa a ação coletiva como um processo multimodal (1); os membros do coletivo fazem uso de redes móveis de comunicação e operam de forma diversificada e massiva nas redes sociais, particularmente no Facebook; (2) o sentido inorgânico que está na sua origem é elemento central nesta tipologia e considerada

⁶ Na referida obra o autor identifica no total doze elementos constitutivos da identidade dos movimentos sociais contemporâneos na sociedade em rede. Apenas vamos considerar três delas que nos podem ajudar na conformação do modelo de análise.

por nós como uma forma de discernir algum tipo de (3) causa política ou cívica⁷. Um último aspeto prende-se com a existência de uma (4) cultura e prática de democracia deliberativa no interior deste tipo de coletividade, através de dinâmicas e fluxos comunicacionais fundados em democracia direta. Aspetos que iremos considerar na leitura dos grupos de ativistas em estudo.

Desenho metodológico do estudo

Escolhemos para análise os oito coletivos que exibiram um número mais expressivo de seguidores e que evidenciaram regularidade na publicação de textos e outros elementos nas suas publicações no Facebook: Que se Lixe a Troika, Indignados Lisboa, RiseUp Portugal, 15 Outubro, Democracia e Dívida, O Povo é Quem Mais Ordena, Artigo 21º e Flan Colectivo.

Para a realização da investigação, optou-se pela conceção de uma grelha de análise⁸ que dá corpo à observação de conteúdo

⁷ A respeito de uma possível agenda, o autor afirma que os movimentos sociais contemporâneos não têm um ideário claro e definido.

⁸ A grelha é constituída por três dimensões que contemplam cada uma delas cinco indicadores: **Dimensão 1.** Organização e Informação. **Indicadores da primeira dimensão:** Apresentação da Organização e sua dinâmica/ Atualidade noticiosa, mediática e política/ Informação de outras Organizações e Instituições/ Informação de ações da Organização/ Informações que revelem objetivos e orientações programáticas. **Dimensão 2.** Dinâmica Organizativa do Debate. **Indicadores da segunda dimensão:** Possibilidade de correspondência via postal e/ou outras plataformas/ Bloco de Notas/ Complexidade do enquadramento dos *posts* da administração/ Existência de comentários na própria página aos seus *posts* e aos dos seguidores/ Correspondência por mensagem privada. **Dimensão 3.** Iniciativa e pró-atividade dos seguidores. **Indicadores da terceira dimensão:** Número de seguidores/ Existência de *posts* e comentários dos seguidores/ Uso de fotos/vídeos/gráficos e outros elementos nos *posts* dos seguidores/ Tom dominante dos *posts* e dos comentários dos seguidores/ Complexidade argumentativa dos *posts* dos seguidores.

das páginas de Facebook dos oito grupos em estudo⁹. A proposta metodológica contempla ainda a realização de seis entrevistas presenciais semiestruturadas (Berger, 2016), com vinte questões, a ativistas dos grupos que servem de objeto de estudo¹⁰.

A adoção de uma metodologia mista e bietápica¹¹ procura, por intermédio das análises de conteúdo, perceber o que se diz e como se comunica nas redes sociais, e em particular nas páginas destes grupos; por via das entrevistas analisar o significado atribuído pelos próprios atores nos contextos concretos de interação e comunicação (Croucher e Cronn-Mills, 2015). Seguindo a classificação proposta por William Dutton (2013), no mapeamento do campo dos *Internet Studies*, as pesquisas podem ser consideradas de acordo com três grandes eixos: tecnologia, uso e política. A reflexão que aqui pretendemos empreender encontra-se no domínio da política.

⁹ O momento empírico da presente pesquisa, teve como referência o período que mediu entre 5 e 11 junho 2013. Tendo um forte caráter quantitativo, esta etapa da recolha de dados, que foi efetivamente realizada entre as 21h55 do dia 15 junho e as 21h15 do dia 16 do mesmo mês, assentava na avaliação de um conjunto de indicadores, distribuídos por três dimensões.

¹⁰ Inicialmente estava prevista a realização de oito entrevistas presenciais, uma por cada coletivo estudado, contudo, por impossibilidade de comunicação com os referidos ativistas, tal não foi possível.

¹¹ Desde logo, o facto da própria entrevista, enquanto momento de apreensão de informação, estar também ela sujeita a condicionantes subjetivas, da parte do entrevistado e do entrevistador, mas também objetivas, tendo em conta as circunstâncias em que estas foram realizadas. Um outro aspeto que merece um sublinhado é o facto de a análise de conteúdo ter como unidade de estudo uma circunscrição temporal específica, um período de uma semana no total, o que não deixa de ser um limitador dos dados e informações a considerar.

Exposição e análise do ativismo (digital)

Um dos objetivos que norteou a presente pesquisa foi precisamente perceber como se desenrolaram os processos de debate e de decisão no seio dos diferentes grupos que operacionalizam a pesquisa. Dado este duplo desafio constitui-se como imperativo o recurso às entrevistas dos ativistas dos grupos estudados, no sentido de apurar como é percebida a esfera dialógica na construção do debate e tomada de decisão ao nível interno. Por outro lado, a análise de conteúdo providencia informação sobre o modo como se processa o debate na plataforma digital e em particular nas páginas dos grupos estudados.

Dimensão 1. Organização e Informação

Ora, se é verdade que a atividade destes grupos tem a sua maior visibilidade por via da utilização de plataformas digitais, mormente pelo Facebook, a verdade é que uma parte relevante destes grupos estudados teve o seu pontapé-de-saída a partir de um evento ou facto que nos remete para a mobilização efetiva e presencial. É nesta linha que nos é descrito o caso dos Indignados Lisboa:

“Os Indignados de Lisboa surgiram com esse nome embora as pessoas antes do nome já se reunissem e já falassem de política, já participassem naquilo que havia, manifestações, protestos. Surgiu depois ou durante a Acampada do Rossio. A primeira reunião dos Indignados de Lisboa foi feita no Largo do Camões, por um grupo de pessoas que saiu des-

se processo, da Acampada do Rossio um pouco por discordar do modo como a Acampada do Rossio funcionava. Hoje em dia quando se vê os vídeos da Acampada de Lisboa e as Assembleias que lá se fizeram ao final da tarde, durante vários dias seguidos, parece que aquilo foi muito bom e foi” (IL).

Estamos perante uma tipologia de mobilização cívica que emana da participação e experiência coletiva prévia, quer por via da participação em atividade de mobilização pontuais, quer por via de uma ligação a movimentos e partidos políticos que em alguns casos remonta à luta clandestina contra o regime salazarista. Noutros casos, a associação a movimentos é mais recente, como por exemplo as Associações de Estudantes e os movimentos de forte pendor contestatário, como o MAS (Movimento Alternativa Socialista), e outras forças que, na sua maioria, têm na matriz trotskista a sua principal base ideológica de inspiração. Serve isto para dizer que existe a montante um trajeto político e associativo destes ativistas, normalmente em organizações de natureza contestatária de cariz cívico e político.

Por outro lado, existem grupos cuja origem se produz por processos de empatia com outros atores sociais, como são os casos do RiseUp Portugal e O Povo é Quem Mais Ordena. Segundo os testemunhos dos seus ativistas, estes movimentos surgiram da necessidade de refletir e agir sobre a realidade política circunstancial. Este carácter reativo é aliás transversal aos diferentes grupos que, na ausência de uma ordem programática com contornos bem definidos, têm a sua base de ação no que pode considerar-se como mercado da contestação.

Ao longo das diversas entrevistas e na análise às páginas dos oito grupos ativistas estudados, apenas foi possível identificar, com clareza e objetividade, uma linha de ação e causas concretas que norteassem a atividade coletiva no grupo Que se Lixe a Troika:

“O Que Se Lixe a Troika neste momento, a partir dessa reunião do 20 de Janeiro continua a ter três premissas principais: expulsão da Troika, a saída da Troika do país; por outro lado, a demissão do Governo, ideia muito clara, que não nos representam; e depois a terceira é dar a voz às pessoas, que sejam as pessoas a decidir as suas vidas e aqui neste terceiro ponto colocam-se visões diferentes de sistema, que vão desde a visão de que são necessárias eleições antecipadas, uma ideia mais de longo prazo que é preciso uma Democracia mais participativa. Porque lá está, neste conjunto de 130 subscritores há visões muito diferentes do que é necessário. Há pessoas que fazem parte de Partidos e há pessoas que não fazem parte de Partidos. E isso faz toda a diferença na altura de pôr em prática estas três premissas iniciais. Mas são estas as três linhas” (QSLT).

Entre os restantes ativistas entrevistados as respostas são invariavelmente evasivas, o que pode indiciar uma fraca institucionalização deste tipo de movimentos, e lhes confere um caráter temporário e circunstancial. Esta é uma questão que carece de aprofundamento e merece ser trabalhada em pesquisas futuras.

Dimensão 2. Dinâmica Organizativa do Debate

No que concerne ao padrão comunicacional e interativo existente, dever-se-á abordar esta questão a partir de uma dupla perspectiva: sobre o modo como é organizado o diálogo entre os membros dos diferentes grupos a nível interno, nomeadamente nos processos deliberativos; e, num segundo plano, sobre a dinâmica do debate entre ativistas e seguidores no Facebook. Do ponto de vista interno, tomemos como ponto de partida a necessidade de organizar um evento (manifestação, vigília). Um traço transversal aos diversos testemunhos é o facto de existir uma posição crítica relativamente às várias experiências.

Entre os vários testemunhos podem-se contar de forma genérica dois grandes instrumentos de comunicação e debate interno: *mailing list* e uso de um *software* feito por e para ativistas – “N-1”. Se no caso da *mailing list* esta é associada maioritariamente a problemas comunicacionais, como lapsos e mal-entendidos, já no caso do “N-1” são mencionados problemas relacionados com a complexidade do seu uso e a lentidão do sistema.

“Os debates, quando são feitos via *mailing list*, via Facebook, etc., por um lado, aprofunda-se pouco, nunca se aprofunda devidamente as coisas. Por outro lado, não é totalmente democrático, porque, ou seja, tomar a decisões numa *mailing list*, há muitas pessoas que não têm acesso e é preciso tempo. E ao mesmo tempo, parte do debate, pode descambar e isso na *mailing list*, houve por exemplo, grande parte do desgaste que no sentido que as pessoas depois se afastaram etc., foi também por causa de debates, via *mailing list*” (15 O).

Nesta mesma linha um outro testemunho alega que:

“Nós usávamos o N-1 numa fase inicial, *open source*, e tal muito giro, mas houve várias pessoas que se depararam com problemas. Um problema óbvio era que os servidores não são tão rápidos como os do Facebook. Aquilo não carrega tão rapidamente, mas eu atrevo-me a dizer que foi a altura em que o grupo funcionou melhor. Foi quando estávamos a utilizar o N-1. E o N-1 estava tudo organizadinho, tinhas as tarefas, tinha as discussões precisamente porque quando estava a abrir aquilo não carregava logo, a malta mesmo que estivesse zangada com alguma coisa, e respirando e quando ia para responder já o fazia num tom muito mais levezinho. E pronto, voltámos ao formato *mailing list*” (QSLT).

Por outro lado, e reforçando a perceção de que a comunicação e o diálogo são encetados internamente, alguns ativistas aludem à existência de rivalidades internas e externas, que acabam por emergir no uso da *mailing list*. Acresce a esta realidade o facto de muitos dos entrevistados se conhecerem mutuamente, ainda que pertençam a diferentes grupos cívicos e políticos.

Dimensão 3. Iniciativa e pró-atividade dos seguidores

Do ponto de vista do debate gerado com os seguidores, importa sublinhar a relevância do impulso inicial dado por via da publicação de conteúdos (*posts*), que podem ser originais, mas que na sua maioria são conteúdos oriundos de meios de comunicação,

e que são retrabalhados a partir de um determinado enquadramento. Os dados (análise de conteúdo), de avaliação da qualidade e profundidade dos conteúdos publicados pelos diferentes grupos, apontam no sentido de existir uma preocupação em trabalhar a informação.

Por outro lado, foi também objeto de avaliação, a existência de diálogo entre ativistas e seguidores no Facebook. Apenas quatro grupos responderam às mensagens enviadas. Observamos uma certa tendência para a verticalização dos fluxos comunicacionais dominantes, o que nos permite dizer que é fraca ou mesmo inexistente a comunicação de duplo fluxo.

Pensamos que ficou claro que, na generalidade das páginas de Facebook que constituíram o objeto de análise, dominam os fluxos comunicacionais unidirecionais. Esta tendência reflete-se no impulso inicial com o *post* e os consequentes comentários adjacentes, que, entretanto, ficam geralmente sem *feedback* por parte dos ativistas das páginas. Em entrevista, confrontados com esta questão, dizem-nos que, muitas vezes, têm falta de tempo para dar respostas, limitando-se a apagar comentários ofensivos para terceiros. Este aspeto remete-nos para uma das características inicialmente enumeradas, que se prende com o défice de recursos humanos e a recorrente falta de disponibilidade dos poucos que existem.

Considerações finais: uma sistematização possível dos ativismos estudados

Um dos aspetos comumente levantados quando se fala de déficit democrático em Portugal, está relacionado com a distância percebida pelos cidadãos em relação aos políticos e aqueles que os representam (Cabral, 2000). Neste sentido, a possibilidade de estabelecer um padrão comunicacional e interativo de caráter horizontal, por via da mediação digital, pode entender-se como uma nova oportunidade de revitalização da mobilização e participação cívica e política.

Sintetizando algumas das características dos movimentos estudados no contexto português dir-se-á que: 1) normalmente há um evento/acontecimento real que marca a sua fundação; 2) caracterizam-se por um déficit programático; 3) internamente a interação segue um padrão horizontal e informal; 4) a interação e comunicação com os seguidores no Facebook segue uma lógica verticalizada, quando efetivamente existe; 5) existe alguma produção de conteúdos originais, mas sobretudo a edição de conteúdos já existentes com enquadramentos específicos.

Estamos em posição de afirmar, na sequência da pergunta de partida formulada, que há indícios que remetem para uma reprodução das tendências de déficit de participação e mobilização cívica e política já verificada em contexto presencial. Esta reprodução de tendências sociais e políticas passa por um padrão comunicativo e dialógico verticalizado, no seio da atividade promovida por grupos/movimentos que são compostos por atores já politizados e que muitas das vezes têm a montante um

percurso político e cívico prolongado.

Esta análise fica longe de esgotar a questão comunicacional e ainda menos o conhecimento dos movimentos sociais em Portugal. Neste rol de questões destacar-se-iam o estudo de aspetos organizacionais, como a marcação de reuniões, a definição da agenda, a promoção de eventos, mas também se existe efetiva distribuição de papéis e responsabilidades no seio dos movimentos, para além de uma análise às estratégias empreendidas para a prossecução dos seus desígnios.

Por outro lado, urge o estudo tanto das páginas de Facebook dos Partidos políticos, como dos seus *sites*, tendo como ponto de partida o modelo teórico e metodológico subjacente nesta pesquisa, de forma a permitir a comparabilidade entre ambas as organizações e o uso que estas fazem das redes sociais em geral.

Bibliografia

Amaral, I., Reis, B. C., Lopes, P. & Quintas, C. (2017). Práticas e consumos dos jovens portugueses em ambientes digitais. *Estudos em Comunicação*, 24, 107-131.

Berger, A. (2016). *Media and Communication Research Methods. An Introduction to Qualitative and Quantitative Approaches*. London: Sage.

Cabral, M. (2000). O exercício da cidadania política em Portugal. In M. Cabral, J. Vala e J. Freire (orgs.) *Trabalho e Cidadania*. Lisboa: ICS. Disponível em <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218810176U5vQA8hx3Lp27WI3.pdf>.

Calhoun, C. (2005). *Rethinking the Public Sphere. Presentation to the Ford Foundation*. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/228513835_Rethinking_the_Public_Sphere.

Cardoso, G. (2014). *O Poder de Mudar. Crise Autonomia Escolha*. Lisboa: Tinta-da-china.

Cardoso, G. & Mendonça, S. (Coord's) (2017). *Práticas e consumos digitais noticiosos dos portugueses em 2016*. Lisboa: Obercom. Disponível em: https://obercom.pt/wp-content/uploads/2017/04/2017_OBERCOM_SAPO_B.pdf.

Castells, M. (2007). *A Sociedade em Rede. A Era da Informação: Economia, Sociedade e Cultura* (Vol. I). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Castells, M. (2013). *Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na Era da Internet*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Croucher, S. & Cronn-Mills, D. (2015). *Understanding communication research methods: a theoretical and practical approach*. New York: Routledge.

Dahlgren, P. (2005) The Internet, Public Spheres, and Political Communication: Dispersion and Deliberation. *Political Communication*, 22(2), 147-162.

Dutton, W. (2013). Internet Studies: the foundations of a transformative field. In William Dutton (Ed.) *The Oxford Handbook of Internet Studies*, 24-42. Oxford: Oxford University Press.

Fraser, N. (1990). Rethinking the Public Sphere: A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. *Social Text*, 25/26, 56-80.

Leite, J., Hermes, C. A., Silva, M. C. & Ramos, J. R. (2014). Austeridade, reformas laborais e desvalorização do trabalho. In José Reis (Coord.) *A Economia Política do Retrocesso*, 127-188. Coimbra: Edições Almedina. Disponível em https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Austeridade_reformas

Marichal, J. (2012). *Facebook Democracy. The Architecture of Disclosure and the Threat to Public Life*. Burlington: Ashgate Publishing Company. Disponível em https://www.researchgate.net/publication/263565355_Facebook_Democracy_The_Architect_of_Disclosure_and_the_Threat_to_Public_Life.

Margetts, H. (2013). The internet and Democracy. In William Dutton (Edited). *The Oxford Handbook of Internet Studies*, 375-389. Oxford: Oxford University Press.

Meikle, G. (2010). Intercreativity: Mapping Online Activism. In Jeremy Hunsinger, Lisbeth Klastrup & Matthew Allen (Editors.). *International Handbook of Internet Research*, 363-377. New York: Springer.

Morais, R & Sousa, J. (2012). Jornalismo regional e redes sociais: entre as novas oportunidades de participação e a apatia participativa? *Em Cuadernos de Información*, 30, 21-30. Disponível em <http://www.cuadernos.info/index.php/CDI/article/view/425/402>.

Norris, P. (2000). *A Virtuous Circle: Political Communication in Post-Industrial Democracies*. New York: Cambridge University Press

Papacharissi, Z. (2002). The Virtual Sphere: the internet as a public sphere. *New Media & Society*, 4(1), 9-27.

Reis, B. C. & Sousa, J. (2017). A invisibilidade do desemprego juvenil no discurso mediático da imprensa portuguesa. *Observatório (OBS*)*, 11, 134-148. <http://dx.doi.org/10.15847/obsOBS1102017989>.

Reis, J. (2014). *A Economia Política do Retrocesso*. Coimbra: Edições Almedina.

Silva, E. (2012). *Pluralismo e diversidade nos media em Portugal: a blogosfera política em rede*. Tese de Doutoramento, Universidade do Minho, Braga, Portugal. Disponível em <http://hdl.handle.net/1822/24540>.

Silva, P. & Garcia, J. (2012). YouTubers as satirists. Humour and remix in online video. *eJournal of eDemocracy and Open Government*, 4(1), 89-114. <https://doi.org/10.29379/jedem.v4i1.95>.